

A PSIQUIATRIZAÇÃO DA NEURODIVERSIDADE E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE DE MICHEL FOUCAULT

Pâmela Suelen Gama da Cruz

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Campinas - SP, gamacruz@outlook.com;*

Helena Altmann

*Orientadora. Professora associada (livre docente) da Universidade
Estadual de Campinas - SP, altmann@unicamp.br.*

Resumo

Refletir de que modo o dispositivo da sexualidade, enquanto gerenciamento e controle da produção dos corpos, utiliza do discurso psiquiátrico ao patologizar os modos de relacionar-se de pessoas autistas. As análises apresentadas foram promovidas a partir do pensamento de Michel Foucault, em diálogo com os estudos de gênero, a fim de desconstruir narrativas teleológicas e biologizantes, compreendendo os marcadores sociais da diferença como categorias socialmente construídas e, portanto, históricas e relacionais. A expansão do campo dos estudos de gênero garantiu a visibilidade acadêmica necessária para que novos temas fossem abordados, a construção de novas ferramentas de análise, interpretação e produção de conhecimento. Descentralizando a compreensão médica acerca do autismo, adotaremos o movimento da neurodiversidade organizada por autistas que defendem o direito de serem neurologicamente diferentes e, portanto, não considerados como portadores de um transtorno a ser diagnosticado e tratado. Perante a análise, foi possível observar que o discurso médico-científico faz parte de uma biopolítica que dialoga com as quatro estratégias do dispositivo da sexualidade: o controle da comunicação orgânica com o corpo social (mulher histórica), pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e a

psiquiatrização do prazer perverso. Portanto, a governamentalidade dos diversos modos de vivenciar a sexualidade está embebida de valores eugenistas e higienistas que utilizam da patologia para “fazer viver” o homem branco, europeu, capacitado, produtivo e cristão, enquanto “deixa morrer” corpos considerados desviantes.

Palavras-chave: Autismo, Dispositivo da Sexualidade, Biopolítica, Gênero.

Introdução

Com o avanço da medicina ocidental, a espécie humana vem criando inúmeras estratégias que tem como intuito obter cada vez mais informações acerca das diferenças existentes entre os sujeitos e, por meio delas, categorizá-los a fim de incluí-los em critérios diagnósticos que acabam delimitando o que será visto como normal ou desviante pela sociedade. Até o século XIX tinha-se a idealização de que as características dos pais biológicos eram transmitidas para seus descendentes; nesta mesma época, o regime vitoriano trará consigo novas imagens a serem representadas pelos cidadãos, através de códigos morais mais rígidos. Frente a isso, vemos a ascensão da eugenia enquanto um movimento social que tinha em seu âmago a preocupação com a raça humana, onde encontrará neste regime a possibilidade de defender o seu viés conservador enquanto uma preocupação para com a saúde pública (CASTAÑEDA, 2003; DEL CONT, 2008).

Por meio de discursos que defendiam o determinismo biológico, as relações sociais passaram a ser constantemente limitadas e vigiadas por estratégias biopolíticas que buscarão administrar a população e questões de saúde como a natalidade, mortalidade, epidemias e demais âmbitos que envolvem o homem enquanto espécie (CASTAÑEDA, 2003; GUERRA, 2006); sendo assim, o racismo de Estado surgirá enquanto a crença de que determinadas biopolíticas são necessárias para fazer viver os sujeitos tidos como sadios e deixar morrer aqueles que são vistos como degenerados, doentes e anormais (FOUCAULT, 2017; FOUCAULT, 2010).

Assim como existia uma medicina que defendiam valores eugênicos e possuíam uma prática permeada pela desumanização dos sujeitos, em contrapartida era possível encontrar médicos que defendiam a possibilidade de uma prática médica baseada na humanização, buscando valorizar e dar oportunidades para crianças e adolescentes que eram marginalizados por não cumprirem os requisitos de uma suposta normalidade, dentre eles, o psiquiatra austríaco Leo Kanner (SCHOPLER, CHESS, EISENBERG, 1981). Sendo comumente conhecido como o primeiro psiquiatra infantil nos Estados Unidos, tendo inclusive a publicação de um livro denominado “Psiquiatria Infantil” em 1935, seu sucesso motivou os diretores de psiquiatria e pediatria da

Universidade Johns Hopkins a selecionaram Leo Kanner para tornar-se diretor de psiquiatria infantil e adolescente do primeiro serviço de psiquiatria infantil dos Estados Unidos, onde permaneceu até sua morte em 1981 (JOHNS HOPKINS MEDICINE, 2020).

Em 1943, Leo Kanner publica seu trabalho “*Autistic disturbances of affective contact*”, criando o que vem a ser conhecido como autismo infantil. O quadro sintomatológico era constituído por seletividade alimentar, memória espetacular, comportamentos repetitivos, rituais, dificuldades nas trocas sociais, movimento estereotipado, inversões prenominais, compreensão literais das palavras, demonstrando extrema dificuldade em compreender seu sentido figurativo ou generalizador. Os sintomas elencados por Kanner (1943) está presente em manuais de diagnósticos utilizados atualmente, sendo compreendido enquanto um transtorno do desenvolvimento denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O início do século XXI é marcado pelo encontro de diversos especialistas da área da saúde que se reuniram pelos próximos doze anos para a elaboração da quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). O documento tem como objetivo a identificação e compreensão dos transtornos mentais, elaborar procedimentos para orientação e “documentar importantes informações sobre a saúde pública, como taxas de morbidade e mortalidade” (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2014, s/p). Logo, podemos observar que há no manual diagnóstico uma biopolítica que busca identificar e catalogar as diferentes subjetividades existentes, assim como atentar-se as possibilidades de novos transtornos mentais que podem surgir com o passar dos anos.

Dessarte, o debate ocorre em defesa do modelo social da deficiência que denuncia padrões hegemônicos em relação aos corpos, sinalizando que a deficiência é o resultado de impedimentos físicos, mentais, sensoriais e intelectuais dentro da sociedade e assim descentralizando a ideia de que a pessoa com deficiência necessita de tratamento (DINIZ, 2007; MELLO, NUERNBERG, 2012). Especificamente neste trabalho, o público a ser considerado serão os autistas, bem como movimento da neurodiversidade, compreendendo-a enquanto a identificação de indivíduos que se consideram neurologicamente diferentes, comumente autistas (ORTEGA, 2008). O termo neurodiversidade foi criado em 1999, pela socióloga australiana e autista, Judy

Singer; o conceito tem o intuito de defender o viés de que a neurodiversidade não é uma doença a ser diagnosticada e tratada, mas sim uma diferença humana assim como gênero, raça, classe, etnia, idade, capacidade, etc. (ORTEGA, 2008).

O presente ensaio é o recorte de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento e tem tido como foco as diferentes expressões da sexualidade dos autistas. As reflexões realizadas aqui foram emergindo durante o levantamento bibliográfico em bases de dados como Portal Periódico CAPES, *SciELO*, *Microsoft Academic* e *Google Scholar*, onde pesquisas já realizadas acerca do tema demonstram que há um senso comum que acaba por estigmatizar as singularidades dos autistas, colocando-as enquanto um modo “errado” de se comportar e relacionar-se. Com o caráter bibliográfico, a pesquisa conta com reflexões conceituais e de perspectiva foucaultiana ao compreender os textos acadêmicos enquanto discursos que fazem parte de dispositivos históricos, além de resgatar as discussões acerca do poder, sexualidade e biopolítica ao fomentar reflexões sobre o dispositivo familiar e da sexualidade, considerando-o como focos locais de resistência a psiquiatrização dos modos de relacionar-se dos autistas (FOUCAULT, 2017). Dessarte, o intuito deste ensaio é refletir de que modo o dispositivo da sexualidade, enquanto gerenciamento e controle da produção dos corpos, utiliza do discurso psiquiátrico ao patologizar os modos de relacionar-se de pessoas autistas.

Resultado e discussão

Em *História da Sexualidade I*, Foucault (2017) apresenta ferramentas analíticas que proporcionam a possibilidade de compreender a sexualidade enquanto dispositivo histórico e que, portanto, refletem os discursos e os valores de determinada época. Ressalta-se que esta perspectiva vai de encontro com os estudos de gênero e a concepção de que o sexo e a sexualidade são construções sociais, e não categorias essencializantes e imutáveis defendidas pelo discurso biologizante. Portanto, não há uma natureza, tudo é cultura. Pontua-se que com o advento da medicina e psiquiatria, os corpos e as condutas humanas começam a passar por exames minuciosos que buscam incitar discursos a fim de saber há quantas anda o sexo dos sujeitos.

Para Foucault (2017) a partir do século XVIII o Ocidente irá instalar-se entre nós e o nosso sexo através de técnicas de saber e

procedimentos discursivos. Este movimento foi um reflexo da mudança da Era Vitoriana que levou a sexualidade para dentro das casas utilizando da família como instância de controle, contudo é importante pontuar que esta era a preocupação da família burguesa ao considerar “que o seu próprio sexo era coisa mais importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável” (FOUCAULT, 2017 p. 131). Era no núcleo familiar burguês que havia a mulher ociosa com obrigações domésticas que passou a demonstrar insatisfação, bem como o fato de que foi a criança cercada de serviçais e governantas que teve sua sexualidade vigiada, identificada e classificada, e não os filhos dos operários. Os sujeitos que eram denominados de anormais, idiotas, loucos e posteriormente pessoas com deficiência, pertenciam a classe privilegiada que tinham condições de procurarem os melhores médicos da época, bem como colocar seus filhos em instituições fechadas que defendiam a ideia de tratamento ao segregar àqueles considerados desviantes e perigosos para a espécie (DONVAN, ZUCKER, 2017).

Ressalta-se a proximidade do trabalho de Foucault (2017) acerca da sexualidade e a categorização dos sintomas psicopatológicos, pois quando o paciente narra seus sintomas, ele o faz por intermédio do seu meio cultural e, portanto, os símbolos linguísticos fazem parte de uma linguagem e esta é compreendida por um saber médico que irá transformar aquele sintoma em um símbolo/signo e passará a fazer parte do campo da medicina. Portanto, o sujeito manifesta a interpretação que tem sobre suas experiências corporais, sejam elas familiares ou não, e a partir deste momento, o médico através da captação desse discurso, irá demarcar o sinal contido nesta narrativa e transformá-lo em um signo, e, portanto, algo que passará a ter uma significação de acordo com o saber médico. Tal relato assemelha-se com os exemplos dados por Michel Foucault (2017) ao referir-se ao dispositivo saber e poder, onde os indivíduos foram incitados no decorrer dos anos, a falarem sobre si, a princípio para a Igreja Católica por intermédio da confissão e a partir do século XIX pelas vias médicas como a psiquiatria e psicanálise.

Frente a isso, Foucault (2017) elenca estratégias que contaram com a sexualidade como instrumentalidade para o dispositivo de saber-poder. A histerização do corpo da mulher mostra-nos o impacto do corpo orgânico na organização social ao identificar, classificar e (des)qualificar corpos através da instância da regra que instaura binarismos como proibido/permitido, normal/anormal, refletindo diretamente na

relação do sujeito com a sociedade. Desde a tenra infância, os sujeitos estão em constante vigilância de um poder onipresente, como, por exemplo, a pedagogização de seu sexo, onde são cercados por instrutores, professores, profissionais da saúde, além de sua família. Logo, qualquer manifestação que seja considerada fora da norma passará pela interdição e censura, a fim de denunciar sexualidades e prazeres tidos como perversos, ocasionando o que Foucault (2017) denominou de a psiquiatrização do prazer.

A ideia do poder onipresente nos mostra o quanto somos atravessados por enunciados que acabam por produzir realidades e verdades sobre os sujeitos, assim como a sexualidade dos neurotípicos, a sexualidade do autista vem sendo constantemente incitada pelo dispositivo de saber-poder. Frente a isso, ressalta-se que as pesquisas acadêmicas dos últimos anos sobre sexualidade e autismo vem demonstrando que a compreensão social que se tem sobre o tema é de que os autistas não possuem uma sexualidade (assexuados) ou então acabam por demonstrá-la demasiadamente (hiperssexuados) (DE TILIO, 2017; VIEIRA, MAIA, 2016). Além de que, é possível observar que a família enquanto dispositivo acaba por reproduzir discursos globais que não reconhecem a sexualidade dos autistas devido as suas dificuldades sociais e psíquicas, fazendo-os com que manifestem comportamentos considerados anormais, patológicos e imorais (MAIA et al, 2017; ANTONUCCI, 2005).

Considerações finais

Nota-se que a sexualidade, seja dos autistas ou dos neurotípicos, são alvos de dispositivos de saber-poder e estes acabam criando critérios diagnósticos a fim de reproduzir a ideia de que há uma norma nos modos de nos relacionarmos uns com os outros, bem como em nossas expressões e comportamentos, possibilitando a classificação daqueles que estão fora da “normalidade” desejada como, por exemplo, o estigma de que os autistas não usufruem de uma sexualidade tida como normal. Inúmeros têm sido os tratamentos educativos que garantem disponibilizar profissionais que irão acompanhar, identificar e treinar os autistas, colocando-os o mais próximo possível de uma “pessoa normal”.

A sociedade tem formulado cada vez mais técnicas com o intuito de obter informações acerca dos sujeitos, sendo eles autistas ou não,

por exemplo, por meio da inclusão de profissionais nas discussões acerca da rotina escolar (terapeutas, psicólogos, atendimento educacional especializado), o acompanhamento de diversos profissionais de saúde que acompanham o sujeito, sua alimentação, rotina familiar e educacional, seus desejos e anseios, a capacidade física, psíquica, motora e cognitiva. Bem como o dispositivo familiar enquanto reprodutor de tais discursos hegemônicos, pois além da família ser cercada por saberes médicos-científicos, ela recebe constantemente orientações e “conhecimentos” que buscam dar base para o gerenciamento e controle desses corpos desviantes.

O dispositivo da sexualidade nos mostra que há uma instrumentalidade que durante um tempo inseriu-se na pedagogização da criança, psiquiatrização do prazer, a conduta das mulheres denominadas histéricas. Ainda que tais instrumentos tenham sido criados e utilizados há séculos, eles são constantemente reformulados de acordo com a sociedade e os sujeitos de determinada época. Se no século XIX era possível encontrar mulheres queixosas para com seus estilos de vida e, logo ocorriam a transformação de suas queixas em determinados comportamentos patológicos, hoje encontramos tantas outras singularidades que são alvo de um dispositivo de poder e saber que categoriza tais diferenças produzindo transtornos mentais, e estes funcionam como uma ferramenta biopolítica que obtém controle dos corpos.

Sendo assim, podemos observar que há uma repetição discursiva que permeia focos locais como a pedagogia, psiquiatria, relações interpessoais e familiares, servindo-se de base para estratégias globais que acabam por descrever a sexualidade dos autistas como atípica. Afinal, o discurso hegemônico que defende normativas, perpassam marcadores sociais da diferença como capacidade, raça, classe, gênero, religião, etc., influenciando diretamente a relação do sujeito com o corpo social e a compreensão que o mesmo possui de si. Consideramos aqui o poder exclusivamente discursivo, onde aquilo que existe é criado no momento em que se enuncia, como diria Foucault (2017): o poder fala e faz-se a regra; além disso, o poder só ocorre como efeito de obediência ao enunciado discursivo-jurídico.

Conclui-se que a neurodiversidade tem-se mostrado como um importante foco de resistência ao defender o direito à diferença, ao subverter o que é tido como normal e criar novas narrativas. Enquanto para o professor, os familiares, os amigos e profissionais da saúde a

conduta dos autistas é vista como desobediência às regras sociais, para outros ela pode ser compreendida enquanto resistência a uma biopolítica que acaba por estigmatizar e marginalizar alguns corpos em defesa de outros tidos como desejáveis e, portanto, “normais”. Afinal, não podemos nos esquecer de que por muito tempo a sociedade foi explicitamente segregacionista, logo, muitos de seus procedimentos normativos e de técnicas de controle acabam por invisibilizar determinadas diferenças propositalmente, reproduzindo valores eugenistas e higienistas que utilizam da patologia para “fazer viver” o homem branco, europeu, capacitado, produtivo e cristão, enquanto “deixa morrer” corpos considerados desviantes.

Referências bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANTONUCCI, Roberto. Sexualidade dos portadores de transtornos invasivos de desenvolvimento. *In*: CAMARGO JR, Walter (org.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3º Milênio**. Brasília: CORDE, 2005. cap. XV, p. 93-99. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2015/01/Transtornos-Invasivos-do-Desenvolvimento-3%C2%BA-Mil%C3%AAnio-Walter-Camargos-Junior.pdf#page=95>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Eugenia e casamento. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 901-930, Dez.2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07Fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300006>.

DE TILIO, Rafael. Transtorno do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador. **Psicologia, Conocimiento y Sociedad**, n. 7, v. 1, p. 36-58, 2017.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>

t&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev 2021.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia:** A história do autismo. Tradução: Luiz A. de Araújo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GUERRA, Andréa Trevas Maciel. Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 4-5, Mar. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Fev. 2021.

JOHNS HOPKINS MEDICINE (Baltimore, MD). **Child Psychiatry Began at Hopkins.** Baltimore, MD, 2020. Disponível em: https://www.hopkins-medicine.org/psychiatry/specialty_areas/child_adolescent/about_us/kann_er_history.html. Acesso em: 20 fev. 2021.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; VILAÇA, Teresa; VIEIRA, Ana Carla; SALVIATO-EZEQUIEL, Giovana. Sexualidade, educação em sexualidade e transtorno do espectro autista: concepções de educadores. In: BRIS, Mario Martín; HEREDERO, Eladio Sebastián (coord.). **Hacia un modelo educativo de calidad y transformador.** Espanha: Fundación Santilana, Universidade de Alcalá., 2017. p. 261-273. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52245/1/2017-Maia_Vilaca_etal.-hacia_un_modelo_educativo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 477-509, Out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200008>.

SCHOPLER, Eric; CHESS, Stella; EISENBERG, Leon. Our memorial to Leo Kanner. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 11, n. 3, p. 257-269, 1981. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01531509#citeas>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VIEIRA, Ana Carla; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Síndrome de Asperger na adolescência e educação sexual: análise do relato de um pai. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem**, Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.